

O início da colonização portuguesa

Abertura

O que significava, na Época Moderna, criar uma colônia? Será que era simplesmente enviar populações para ocupar as terras conquistadas? Ou era uma tarefa muito mais complicada? Afinal, a disputa era grande entre os países da Europa, e a rivalidade comercial crescia cada vez que novas mercadorias vindas das colônias apareciam como novidade. Portanto, era preciso não só explorar, como garantir a posse das terras de além-mar.

Nesta aula, vamos examinar as soluções que o Estado português encontrou para iniciar o processo de colonização das terras brasileiras.

Movimento

Mercantilismo e colonização

Hoje, quando você vai ao mercado, encontra grande quantidade de produtos industriais e agrícolas. A maior parte desses produtos é produzida aqui no Brasil. Atualmente o Brasil é um país de produção bastante diversificada, que possui um conjunto de atividades econômicas capazes de atender às necessidades fundamentais de sua população, apesar dos contrastes de renda e de consumo.

Na época colonial, a história era bem diferente. Em geral, produzia-se um número reduzido de gêneros para o mercado externo. Por que isso ocorria? Para responder a essa pergunta, precisamos viajar novamente pelo tempo e pelo espaço. Vamos desembarcar na Europa, na passagem do século XV para o século XVI.

Você já estudou, em aulas anteriores, que a Europa passava por importantes transformações nos séculos XV e XVI. O fortalecimento do Estado, o avanço comercial, a nova mentalidade e, finalmente, a expansão pelos “mares nunca dantes navegados” eram mostras significativas de que muita coisa estava mudando. Depois da chegada às novas terras, era hora de integrar a América ao mundo comercial europeu.

Vivia-se a era do comércio e dos metais preciosos. A descoberta de ricas minas de ouro e prata pelos espanhóis, na América, deu nova força à economia europeia. Criavam-se bancos, companhias de comércio e navegação. Os comerciantes tornavam-se cada vez mais importantes para a economia dos nascentes Estados europeus.

Para os reis, dois cuidados eram necessários: garantir a segurança das suas fronteiras e fortalecer o Tesouro Real. Para isso, eles se valeram de um conjunto

de novas idéias que, em geral, valorizavam a preservação dos metais preciosos nos reinos. Com os cofres cheios, o Estado se envolvia diretamente nas atividades econômicas.

Esse corpo de idéias e práticas econômicas foi chamado por alguns autores de **mercantilismo**. Assim, na **era mercantilista**, o fundamental era garantir a segurança e a riqueza do reino e a glória de seu monarca. Medidas foram tomadas para **aumentar e controlar a produção e a comercialização no reino**, e para assegurar **novas rotas comerciais obtidas muitas vezes pela conquista e exploração de terras fora da Europa**.

Foi nesse contexto que a Coroa portuguesa iniciou o processo de ocupação da sua colônia na América. Mas o Estado português precisava encontrar uma forma de manter a posse das terras.

Uma boa saída era criar atividades que atraíssem e fixassem os portugueses aqui. Estamos começando a colonização. Para iniciar qualquer empreendimento, a primeira questão é saber o que produzir. Isso, a Coroa portuguesa já sabia. A produção de **açúcar** no arquipélago da Madeira, já no século XV, tornara-se altamente lucrativa para o Estado português e seus sócios, especialmente os comerciantes e banqueiros da região de **Flandres**. Quando o Estado português se decidiu pela produção do açúcar nas terras brasileiras, estava decidindo também reproduzir aqui um modelo de exploração já desenvolvido em outros lugares.

- A Coroa promovia a distribuição de terras (sesmarias) a particulares, que se responsabilizavam pela produção.
- A produção era concentrada nos engenhos.
- A distribuição e o financiamento do que se produzia ficavam por conta especialmente dos comerciantes e banqueiros flamengos (de Flandres).
- Finalmente, a **mão-de-obra** utilizada seria a **escrava africana**.

Como destaca o historiador Francisco Carlos T. da Silva (*Conquista e colonização da América Portuguesa*, p. 28), não se deve esquecer que a escravidão era uma instituição forte em Portugal, e era considerada justa, pois trazia os infiéis para o seio da Igreja.

Inicialmente foram utilizados como escravos os mouros e habitantes das ilhas do Atlântico. Serviam como mão-de-obra doméstica em Portugal e, mais tarde, nas plantações das colônias atlânticas portuguesas.

Posteriormente, com o avanço da presença dos portugueses na África, iniciou-se a escravização dos africanos. Entre 1450 e 1500, segundo o mesmo autor, o número de negros apresados chegou a 150 mil, numa prova da associação íntima entre **colonização e escravismo**.



Os cambistas

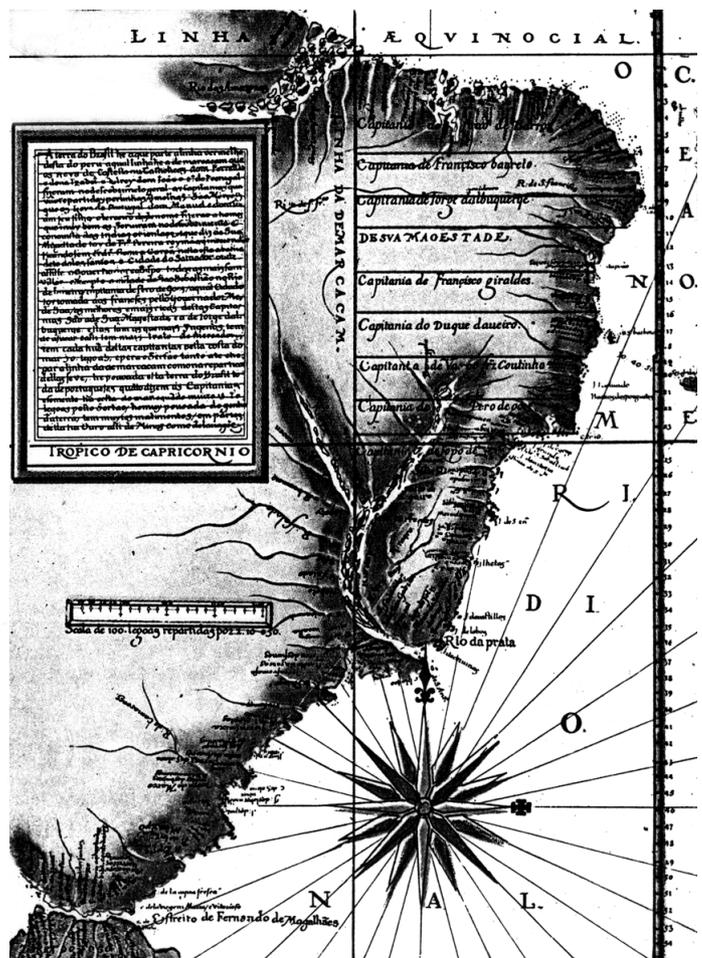
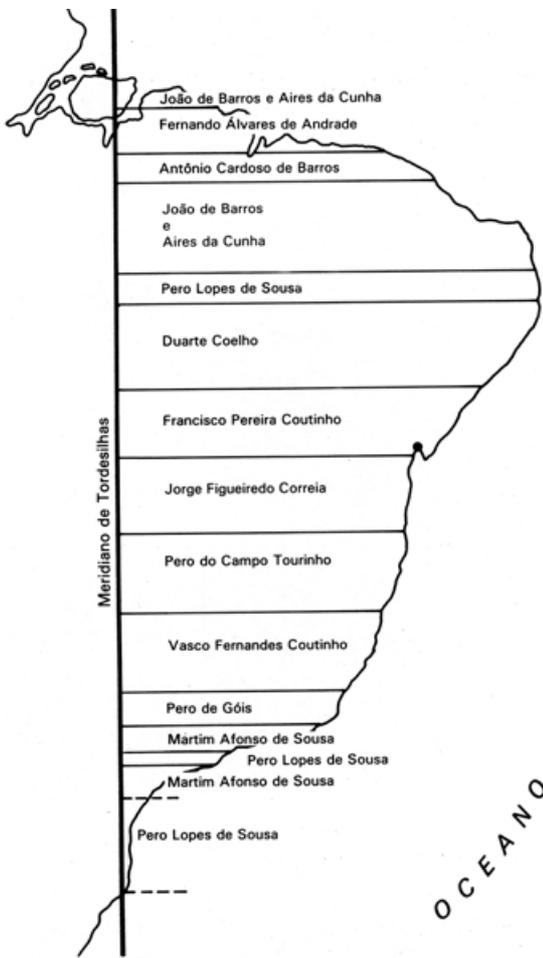
Em tempo

A experiência portuguesa na produção do açúcar, a existência de redes de distribuição e a possibilidade de utilização de mão-de-obra escrava das colônias africanas foram, portanto, razões decisivas que levaram à implantação da empresa açucareira nas terras brasileiras. Em 1533, em São Vicente (atual Estado de São Paulo), foi construído o primeiro engenho na América Portuguesa.

Estavam definidas as linhas gerais, e o primeiro passo já fora dado. Tratava-se agora de fazer com que esse novo pólo produtivo crescesse e fosse administrado. Quais seriam as atribuições do Estado e da iniciativa particular? Era hora de atrair membros da elite portuguesa e capitais para as terras brasileiras.

Capitanias e Governo-Geral

A fórmula encontrada pela Coroa portuguesa para iniciar a colonização foi a adoção do sistema de **capitanias hereditárias**. O território da colônia foi dividido em quinze grandes faixas de terra que passaram a ser administradas, cada uma, por um **capitão-donatário**, como mostram estes mapas: o da direita é uma reprodução de mapa da época.



Ao donatário foram dados amplos poderes administrativos e econômicos. Só o donatário podia exercer a justiça na sua faixa de terra. Além disso, ele recebia parte dos impostos recolhidos. A ele cabia também a distribuição de terras (sesmarias).

O monopólio do sal e das especiarias manteve-se com a Coroa portuguesa, que procurou, nesses primeiros tempos, criar um conjunto de regras com o objetivo de estimular a iniciativa particular – sem, no entanto, abrir mão da soberania sobre as terras brasileiras.

Durou pouco tempo essa experiência, que dava grandes poderes à iniciativa particular. Apenas duas capitânicas, São Vicente e Pernambuco, conseguiram se transformar em importantes centros de produção de açúcar.

A falta de estímulos da Coroa às capitânicas, o abandono, a carência de recursos e ainda a resistência indígena foram algumas razões que obrigaram o Estado português a criar uma estrutura administrativa mais centralizada, na figura de um **governador-geral**. A ele caberia auxiliar o esforço colonizador das capitânicas, combater as rebeliões indígenas e defender o território das invasões estrangeiras.

Em 1549, chegava à América Portuguesa o fidalgo português Tomé de Sousa, primeiro governador-geral. Junto com ele vinham também os **jesuítas**, principais responsáveis pela evangelização dos nativos e pela educação na colônia. Aos poucos, os donatários foram perdendo poder para o governador-geral e seus auxiliares: o ouvidor-mor (justiça), o provedor-mor (fazenda) e o capitão-mor (defesa).

Naquele mesmo ano de 1549, Tomé de Sousa fundava a cidade de Salvador, o centro político-administrativo da colônia. Com a formação dos primeiros núcleos urbanos, fazia-se necessário ordenar o poder local. Daí a criação das **câmaras municipais**, responsáveis pela administração local, obras públicas, regulamentação do comércio e ofícios e abastecimento.



Câmara municipal

As câmaras municipais, que logo se tornaram a base da administração na colônia, eram formadas por membros eleitos por uma assembléia de proprietários locais.

Com o decorrer do tempo, as câmaras transformaram-se em local privilegiado de atuação dos proprietários de terras e de escravos. Esses proprietários, muitas vezes, entraram em choque com os comerciantes portugueses, responsáveis pelos preços dos produtos de exportação.

Em tempo

Francisco Carlos T. Silva nos conta também da existência de um “juiz do povo”, que era eleito pelas associações locais com o intuito de representar, na câmara, todos os casos que requeressem providências para o bem comum.

O mesmo autor nos relata uma revolta ocorrida em Salvador, nos anos de 1710 e 1711, em que o “juiz do povo” liderou um levante popular contra o preço do sal (que era monopólio da Coroa) e pela expulsão dos franceses que, naquele momento, dominavam o Rio de Janeiro.

A reação da Coroa foi pronta e dura: em 1713 são suprimidos os juizes do povo.

Francisco Carlos T. da Silva, Conquista e colonização da América Portuguesa, p.37

Medidas mais rígidas, como a extinção dos “juizes do povo”, foram se acentuando especialmente na segunda metade do século XVIII. Naquele momento, conhecido como a **época pombalina**, ocorria um processo de forte centralização do poder em Portugal.

Em razão do que se passava na metrópole, importantes alterações administrativas e políticas aconteceram na colônia: extinguíram-se as capitânias hereditárias (transformadas em **reais**), a autonomia das câmaras municipais diminuiu, e os jesuítas foram expulsos das terras brasileiras.

Chegava ao fim uma experiência administrativa de dois séculos. Até então, existira uma administração que se baseava num poder local e num poder regional relativamente fortes. Em grande parte, isso se devia às enormes dificuldades da Coroa portuguesa e do governador-geral para controlar o vasto território da colônia. Agora, em meados do século XVIII, tentava-se um novo modelo de administração, com **maior interferência do poder público**.

A empresa açucareira e a colonização

Estamos vendo, então, como foi se firmando o processo de colonização: com uma produção agrária voltada para a exportação (agroexportação) e muitas medidas de administração e controle da vida dos colonos.

Com o declínio de São Vicente, Pernambuco tornou-se, na segunda metade do século XVI e no decorrer século XVII, o centro da principal área produtiva da colônia. Era o núcleo da **região escravista e mercantil** que se desenvolveu especialmente no **Nordeste** das terras brasileiras. O açúcar foi a base da ocupação dessa região. O número de engenhos em Pernambuco cresceu rapidamente: de cinco, no ano de 1550, subiu para 66 em 1584.

O açúcar brasileiro transformara-se em um negócio altamente lucrativo. A participação dos comerciantes flamengos, especialmente holandeses, ampliou-se bastante ao longo do século XVI. Eram eles os maiores responsáveis pelo transporte, refino e distribuição do produto.

Em torno da região do açúcar se desenvolveram algumas atividades que gradativamente foram assumindo maior importância. Entre outras, destacaram-se a pecuária (voltada para o consumo interno) e o plantio do tabaco (que servia para a troca com as áreas fornecedoras de escravos na África).

Os portugueses, ao mesmo tempo em que foram tomando posse das terras brasileiras, aumentavam suas riquezas com os lucros e impostos que recolhiam na grande região escravista.

Os objetivos da política mercantilista portuguesa haviam sido atingidos. A colônia, agora, tornara-se um negócio capaz de se manter, além de representar uma fonte de renda para o Tesouro Real e para os comerciantes portugueses. E era um negócio tão lucrativo que a Coroa portuguesa tratou de segurá-lo para si.

Uma forma de fazer isso foi estabelecer leis que obrigavam os produtores na colônia a vender seus produtos apenas aos comerciantes que tinham a permissão da Coroa portuguesa. Criou-se com isso o **monopólio** ou **exclusivo comercial**, parte de um conjunto de relações econômicas e políticas que recebeu, mais tarde, o nome de **pacto colonial**.

Nas próximas aulas, estudaremos com mais detalhes os mecanismos do pacto colonial.

Em 1608, o governador-geral d. Diogo de Menezes e Siqueira assim escreveu ao monarca português: “As verdadeiras minas do Brasil são o açúcar e o pau-brasil que Vossa Majestade tem tanto proveito, sem lhe custar da fazenda um só vintém”.

Você concorda com a afirmativa de d. Diogo? Justifique sua resposta.

Esta aula tratou do início da transformação das terras brasileiras em América Portuguesa. As principais decisões por parte da Coroa portuguesa foram tomadas então, e a empresa açucareira tornou-se a base do processo de colonização. Mas muita coisa ainda estava para acontecer.

Na próxima aula, vamos estudar mais de perto as relações de trabalho na colônia – que, como vimos, se caracterizaram pela utilização da mão-de-obra escrava. Por que foi necessário o trabalho escravo? O que era o trabalho no engenho colonial? O trabalho escravo deixou marcas na sociedade brasileira?

É o que você vai ver a seguir.

Exercício 1

Releia o item **Mercantilismo e colonização** e explique como a Coroa portuguesa procurou manter a posse das terras brasileiras.

Exercício 2

Releia o item **A empresa açucareira e a colonização** e comente a seguinte frase: “O açúcar foi a base da colonização portuguesa em terras brasileiras”.

Pausa

Últimas
palavras

Exercícios

